



30 DE AGOSTO DE 2018

Quinta-feira

- CONSUMIDOR SEGUE CONFIANTE EM AGOSTO
- ENTRADA DO BRASIL NA OCDE DEVE SER PRIORIDADE DO NOVO GOVERNO, AFIRMA CNI
- RENOVAÇÃO DE CONCESSÕES DE FERROVIAS INJETARÁ R\$ 30 BILHÕES EM INVESTIMENTOS, DIZ SECRETÁRIO DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
- CONFIANÇA EMPRESARIAL SOBE 0,1 PONTO EM AGOSTO ANTE JULHO
- CONFIANÇA DE FABRICANTES É INSTÁVEL
- SCANIA INAUGURA FÁBRICA 4.0 EM SÃO BERNARDO
- ELEIÇÃO PARALISA US\$ 33 BILHÕES EM TRANSAÇÕES EMPRESARIAIS NO BRASIL
- INCERTEZA SOBRE A ECONOMIA BRASILEIRA FICARÁ ELEVADA NOS PRÓXIMOS 6 MESES
- BRASIL TEM ATÉ 30 EMPRESAS PRONTAS PARA IPO, DIZ PRESIDENTE DA B3
- EMPRESAS BRASILEIRAS PEDEM QUE AMÉRICA LATINA INTENSIFIQUE COMBATE AO CONTRABANDO
- JULGAMENTO SOBRE TERCEIRIZAÇÃO NO STF TEM 5 VOTOS A FAVOR E 4 CONTRA
- "TERCEIRIZAÇÃO DE ATIVIDADE-FIM DIVIDE MINISTROS DO STF
- "JUSTIÇA TRABALHISTA IGNORA REFORMA E REAJUSTA PROCESSOS ACIMA DA INFLAÇÃO
- CMN AMPLIA PARA 10 DIAS ÚTEIS PRAZO PARA PORTABILIDADE SALARIAL
- TAXA DE DESEMPREGO FICA EM 12,3% NO TRIMESTRE ATÉ JULHO, DIZ IBGE
- WEG INTEGRA A PRIMEIRA LOJA ONLINE DE ENERGIA SOLAR DO BRASIL
- CAPACIDADE INSTALADA DE ENERGIA SOLAR VAI CRESCER 115% EM 2018, DIZ ASSOCIAÇÃO
- IGP-M ACELERA ALTA PARA 0,70% EM AGOSTO ANTE 0,51% EM JULHO

- BANCÁRIOS TERÃO REAJUSTE SALARIAL MAIOR DO QUE A INFLAÇÃO
- BANCÁRIOS DE CURITIBA E REGIÃO ACEITAM PROPOSTA PATRONAL E DESCARTAM GREVE
- SERASA EXPERIAN RELANÇA PLATAFORMA PARA NEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS
- "CORREIOS PODEM ARRECADAR ATÉ R\$ 90 MILHÕES AO MÊS COM COBRANÇA DE IMPORTAÇÃO
- ROTA 2030: FABRICANTE DE CAMINHÕES INAUGURA FÁBRICA DE SOLDA DE CABINAS A LASER EM SÃO BERNARDO
- SUPERLUBRIFICANTE REPRODUZ-SE CONTINUAMENTE PARA EVITAR O ATRITO
- GASOLINA VENDIDA NAS REFINARIAS ESTÁ MAIS CARA A PARTIR DE HOJE
- ARTIGO: BOMBA DE DIESEL NO GOVERNO DE 2019
- BORGWARNER LOCALIZA COMPONENTE DEDICADO À MELHORA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA
- EUA FLEXIBILIZAM TARIFA DE AÇO IMPORTADO DO BRASIL, COREIA DO SUL E ARGENTINA

CÂMBIO		
EM 30/08/2018		
	Compra	Venda
Dólar	4,203	4,203
Euro	4,894	4,896

Fonte: BACEN

Consumidor segue confiante em agosto

30/08/2018 – Fonte: CNI (publicado em 29-08-2018)

O INEC registra 104,7 pontos em agosto, uma expansão de 3,1% frente ao registrado em julho.

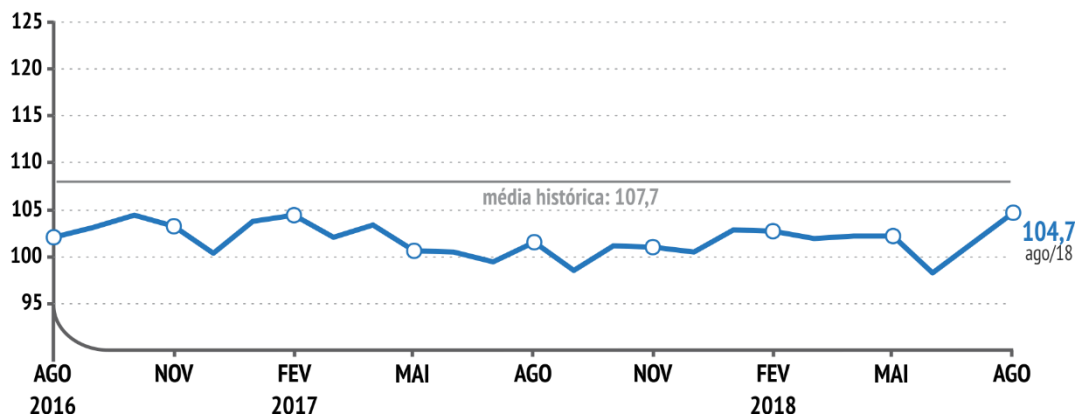
Esse é o segundo aumento consecutivo do indicador, revertendo totalmente a queda observada em junho e que o leva para o maior valor desde maio de 2016, quando registrou 105,2 pontos.

Apesar desse aumento, o INEC ainda permanece em 2,8% abaixo de sua média histórica.

Agosto/2018

Série histórica

Índice de base fixa.
Média de 2001=100



Entrada do Brasil na OCDE deve ser prioridade do novo governo, afirma CNI

30/08/2018 – Fonte: CNI (publicado em 29-08-2018)

O processo de negociação com o grupo de países desenvolvidos deve acelerar as reformas estruturais, aperfeiçoar os regulamentos e a governança, abrindo caminho para a modernização institucional do país



O acesso do Brasil à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) vai acelerar o processo de reformas estruturais e aperfeiçoar a qualidade regulatória do país, condições necessárias para melhorar o ambiente de negócios e promover o crescimento econômico.

Por isso, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) propõe que os candidatos à Presidência da República reafirmem o pedido feito pelo Brasil em 2017 para que se iniciem as negociações de acesso à OCDE. E mais: a indústria sugere que o governo eleito em outubro se comprometa com a implementação de normas que atendam às diretrizes da organização internacional.

Essas e outras propostas fazem parte do documento *O Brasil na OCDE: um caminho natural*, que integra o conjunto de 43 estudos que a CNI apresentará aos presidentiáveis. Os documentos foram debatidos no Diálogo da Indústria com os Candidatos à Presidência da República, evento que reuniu líderes empresariais, em Brasília.



Em maio, a OCDE anunciou a entrada da Colômbia e da Lituânia no grupo, que reúne 37 países. Brasil, Argentina, Bulgária, Croácia, Peru e Romênia também são candidatos a ingressar na organização. O Brasil pediu para fazer parte da OCDE em maio de 2017. Se o pedido for aceito, o país terá de assumir compromissos com impactos

significativos na economia e na indústria. Entre os benefícios, destaca a CNI, estão a melhoria do ambiente regulatório, a modernização institucional, o aprimoramento da governança e a convergência às melhores práticas internacionais.

No entanto, o país terá de fazer mudanças no sistema tributário, na política comercial e nas regras de proteção da propriedade intelectual.

"Os desafios são grandes, mas o acesso à OCDE é uma oportunidade para a modernização institucional do Brasil e para a concretização das reformas estruturais há muito tempo defendidas pela indústria", afirma a gerente de Política Comercial da CNI, Constanza Negri. Ela lembra que, como o pedido do Brasil ainda está em análise no Conselho da organização, o processo de negociação que visa à entrada do país no grupo, deve ocorrer durante o próximo governo.

"Por isso, é importante que os candidatos à Presidência da República se comprometam com essa agenda", diz Constanza.

AVANÇOS - De acordo com o estudo da CNI, o Brasil mantém um longo relacionamento com a OCDE. Avaliações feitas pelo governo brasileiro mostram que o Brasil é o país não membro, com maior grau de adesão aos instrumentos normativos.

Atualmente, o país já aderiu, formalmente, a 38 instrumentos e pediu a adesão a outros 62 instrumentos da OCDE. De acordo com o estudo da CNI, a adesão do Brasil se concentra em cinco áreas, que são: investimentos internacionais e empresas multinacionais, investimentos, competição, assuntos fiscais e anticorrupção.

O Brasil também participa de 23 comitês, órgãos e iniciativas vinculados à OCDE, o maior número entre os países não membros. Outro ponto favorável, de acordo com a avaliação do governo, é que em 84% dos casos as orientações de políticas defendidas pela OCDE são convergentes com as defendidas pelos órgãos governamentais. "Em 12% dos casos, há problemas de incompatibilidade e os órgãos governamentais discordam da orientação definida pela OCDE", informa o estudo da CNI.

AS PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES PARA OS PRESIDENCIÁVEIS

Reafirmar a solicitação de início de negociações de acesso: é importante que os candidatos à Presidência da República manifestem seu interesse na acessão do país à OCDE.

Empenhar-se para que a solicitação de início de negociações de acesso seja aceita pelos países-membros: há concorrência pelo acesso à OCDE e o Brasil terá que se empenhar no convencimento dos países-membros quanto aos benefícios que seu ingresso pode trazer para a organização.

Garantir que a produção normativa brasileira seja coerente com as diretrizes da OCDE: é fundamental que a produção normativa no Brasil durante o período de acessão seja convergente com as diretrizes da organização para evitar a criação de fricções que terão que ser superadas no processo de negociações.

Promover a liberalização comercial de serviços relevantes para a competitividade da indústria: as negociações para a adesão do Brasil aos Códigos de Liberalização do Movimento de Capitais e de Liberalização de Operações Invisíveis Correntes da OCDE representam uma oportunidade para empreender reformas modernizadoras na regulação de serviços, contribuindo para a melhoria da competitividade global da economia brasileira.

AÇÕES PARA O BRASIL CRESCER MAIS E MELHOR- Os 43 documentos com propostas da CNI para o novo governo foram elaborados com base no [Mapa Estratégico da Indústria 2018-2022](#), que aponta os caminhos para o Brasil construir, nos próximos quatro anos, uma economia mais produtiva, inovadora e integrada ao

mercado internacional. Os estudos sugerem ações em áreas como eficiência do estado, segurança jurídica, infraestrutura, tributação, educação, meio ambiente, inovação, financiamento e segurança pública.

As propostas foram discutidas com os presidentiáveis durante o Diálogo da Indústria com os Candidatos à Presidência da República, realizado pela CNI, em Brasília. A CNI apresenta as propostas da indústria aos presidentiáveis desde a eleição de 1994.

Renovação de concessões de ferrovias injetará R\$ 30 bilhões em investimentos, diz secretário do Ministério dos Transportes

30/08/2018 – Fonte: CNI (publicado em 29-08-2018)

Projetos e obras prioritárias da pasta foram apresentados na reunião do Conselho de Infraestrutura da CNI. Dificuldade para transporte de cargas indivisíveis também foi debatida



“Não podemos depender só de rodovias. Tem muita coisa que pode ser aprimorada em nossa infraestrutura com muito pouco recurso e com a sociedade colaborando com o governo”, afirmou Olavo Machado Junior

A prorrogação antecipada dos contratos de concessão de ferrovias é a única solução imediata para a expansão do setor ferroviário no país. A avaliação é do secretário de Fomento e Parcerias do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Dino Antunes Batista, para quem os investimentos privados só ocorrerão quando os consórcios tiverem a garantia de que continuarão a operar os trechos. Ele apresentou nesta quarta-feira (29) os projetos e obras prioritários da pasta, durante reunião do Conselho Temático de Infraestrutura (Coinfra) da Confederação Nacional da Indústria (CNI), em Brasília.

“Se não saírem essas renovações, ficaremos muito tempo sem investimento no setor de ferrovias no Brasil. Não há verba pública para isso. Estamos falando de R\$ 30 bilhões de injeção de investimentos iniciais”, afirmou Batista.

O governo ainda não sinalizou quando concluirá os editais de prorrogação dos contratos. A CNI defende as renovações antecipadas das concessões, de forma que as concessionárias sejam obrigadas contratualmente a reservar uma parcela da capacidade instalada da ferrovia para compartilhamento e a investir valores pré-estabelecidos na melhoria e ampliação das malhas.

NORTE-SUL – De acordo com o secretário do Ministério dos Transportes, o governo prevê para este ano o leilão de um trecho entre Anápolis (GO) e Estrela d'Oeste (SP) da Ferrovia Norte-Sul. A ferrovia está sendo construída há décadas e, depois de concluída, será um dos principais meios de escoamento de produção brasileira.

Dino Antunes Batista disse também aos empresários que, ainda em 2018, o governo lançará os editais de concessão de mais 12 aeroportos. Nessa lista estão os terminais de Recife, Maceió, Aracaju, João Pessoa, Campina Grande, Juazeiro do Norte, Cuiabá,

Sinop, Rondonópolis, Alta Floresta, Vitória e Macaé. "Há alguma chance de os leilões serem realizados este ano, mas é mais provável que ocorram no próximo governo. Estamos buscando firmar parcerias que possam ser duradouras para que o usuário seja o beneficiado", detalhou o secretário.

Ele acrescentou que o governo tem uma carteira de 40 projetos sendo estudados para concessões no setor portuário e que estão sendo estruturados leilões para rodovias – o objetivo é criar condições para haver leilões rodoviários a cada quatro meses.

Na opinião dele, o [Programa de Parcerias de Investimentos \(PPI\)](#) levou melhorias à governança dos projetos de infraestrutura trabalhados pelo governo federal, além de ter garantido mais velocidade às concessões. O secretário observou, no entanto, que o andamento de muitos projetos tem esbarrado em decisões do Ministério Público Federal e do Tribunal de Contas da União (TCU).

Para o presidente do Coinfra, Olavo Machado Junior, o país precisa dar continuidade a projetos de infraestrutura independentemente de mudanças no comando do governo federal. "Não podemos depender só de rodovias. Tem muita coisa que pode ser aprimorada em nossa infraestrutura com muito pouco recurso e com a sociedade colaborando com o governo", afirmou Machado.

CARGAS INDIVISÍVEIS – Os obstáculos das rodovias brasileiras para o transporte de cargas indivisíveis também foram debatidos durante a reunião do Coinfra. O gerente de Planejamento da Toshiba na América do Sul, Gilson Viegas, fez uma apresentação sobre as dificuldades da empresa e de outras tantas companhias em transportar equipamentos como transformadores.

"Em um caso recente houve a necessidade de quebrar uma praça de pedágio para a passagem de uma carga maior. Precisamos de medidas do governo que levem mais segurança para o usuário, a partir de projetos de concessão mais bem pensados", destacou Viegas.

O presidente do Coinfra fez questão de relatar aos conselheiros um caso recente ocorrido com a Toshiba para dimensionar o tamanho do problema que envolve o transporte de cargas de grande volume. Segundo ele, quatro grandes transformadores de 280 toneladas foram levados de Minas Gerais para a Argentina. O primeiro levou 88 dias para chegar ao destino.

Já o último foi conduzido em apenas oito dias, após ajustes necessários para o transporte. "Isso mostra que é possível melhorar as condições para o transporte. Só vamos ter um país de primeiro mundo quando esses problemas forem solucionados. Esses projetos mais estruturados oneram, mas são fundamentais para o país. É preciso planejar", enfatizou Olavo Machado.

Confiança empresarial sobe 0,1 ponto em agosto ante julho

30/08/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Índice de Confiança Empresarial (ICE) teve ligeiro avanço de 0,1 ponto em agosto ante julho, alcançando 91,6 pontos, informou nesta quinta-feira, 30, a Fundação Getúlio Vargas (FGV). Na métrica de médias móveis trimestrais, o índice recuou 0,4 ponto, o quinto mês consecutivo de retração.

"No bimestre julho-agosto, a confiança empresarial recuperou apenas um dos quatro pontos perdidos no trimestre anterior. Ao estacionar em um patamar baixo, estes indicadores sugerem que a economia continua evoluindo muito lentamente, provocando desânimo no meio empresarial e afetando as expectativas.

Diante de um quadro de incertezas internas e externas, é difícil imaginar que a confiança suba de forma consistente até o final de outubro, quando termina o período eleitoral”, avaliou Aloisio Campelo Junior, superintendente de Estatísticas Públicas do Instituto Brasileiro de Economia da FGV (Ibre/FGV), em nota oficial.

O Índice de Confiança Empresarial (ICE) reúne os dados das sondagens da Indústria de Transformação, Serviços, Comércio e Construção. O cálculo leva em conta os pesos proporcionais à participação na economia dos setores investigados, com base em informações extraídas das pesquisas estruturais anuais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo a FGV, o objetivo é que o ICE permita uma avaliação mais consistente sobre o ritmo da atividade econômica.

Em agosto, o Índice de Situação Atual caiu 0,3 ponto, para 89,6 pontos, revelando uma piora na percepção dos empresários sobre o momento presente da economia. Já o Índice de Expectativas (IE-E) subiu 0,5 ponto, para 98,1 pontos. Segundo a FGV, o resultado torna “evidente que a tendência de elevação da confiança que vinha ocorrendo desde o início de 2017 perdeu fôlego ao longo do primeiro semestre”.

A maior queda entre os componentes foi a do Índice de Confiança da Construção (-1,6 ponto). Pelo segundo mês consecutivo, o Índice de Confiança de Serviços (+1,5 ponto) exerceu a maior contribuição positiva para a alta do indicador global. O Índice de confiança do Comércio avançou 1,1 ponto, enquanto o da Indústria caiu 0,4 ponto.

No mês de agosto, houve melhora na confiança em 51% dos 49 segmentos que integram o ICE. Considerando-se médias móveis trimestrais, a proporção de segmentos em alta cresceu pelo segundo mês consecutivo, para 47% do total.

A coleta do Índice de Confiança Empresarial reuniu informações de 4.964 empresas dos quatro setores entre os dias 1 e 24 de julho.

Confiança de fabricantes é instável

30/08/2018 – Fonte: DCI



O otimismo do setor oscila diante da instabilidade das vendas no País

Levantamento mensal da indústria de materiais de construção aponta para uma queda das pretensões de investimento no setor para os próximos 12 meses, com o indicador chegando ao patamar mais baixo desde março do ano passado.

De acordo com o Termômetro da Associação Brasileira das Indústrias dos Materiais de Construção (Abramat), apenas 46% das associadas pretendem fazer alguma forma de investimento nos próximos 12 meses.

A avaliação do faturamento das empresas do setor é majoritariamente “regular” em agosto, enquanto que para setembro a expectativa tem pequena variação, com menos pessimismo, uma vez que nenhuma associada projeta o nono mês do ano como “muito ruim”.

Já nas vendas ao mercado interno, o que de acordo com a Abramat é um filão que representa a maior parte do faturamento das empresas do setor, a avaliação sobre agosto foi regular. Enquanto 4% das associadas considerou o mês “muito bom”, 23%

consideraram o mês "bom", ao passo que a soma das respostas "ruim" ou "muito ruim" representa 23%. Os demais 50% dão conta de junho como um mês de desempenho "regular".

Para setembro, a expectativa sofre pequenas alterações, aumentando a fatia dos que preveem desempenho "regular". Os mesmos 4% projetam um mês "muito bom", assim como 23% "bom", e 19% "ruim". A parcela que vislumbra resultado "regular" sobe para 54%. Nenhuma associada projeta um desempenho "muito ruim" no nono mês do ano.

Segundo a Abrammat, as incertezas trazidas pelo cenário político ainda impactam as expectativas das empresas sobre ações governamentais.

Scania inaugura fábrica 4.0 em São Bernardo

30/08/2018 – Fonte: DGABC (publicado em 29-08-2018)



Montadora investe cerca de R\$ 340 milhões em linha de produção de cabinas de caminhões

A montadora de caminhões Scania inaugurou ontem em São Bernardo a primeira fábrica no País para solda a laser de 19 modelos de cabinas. A nova planta possui área de 13 mil m² e recebeu investimento de cerca de R\$ 340 milhões (75 milhões de euros). A unidade terá capacidade para produzir até 25 mil cabinas por ano.

A nova fábrica integra o parque industrial de caminhões da Scania na cidade. Concebida para produzir a nova geração de caminhões da companhia, a planta segue características da indústria 4.0, que usa tecnologia como aliada da automação, com processo de soldagem do teto e das laterais das cabinas por meio do uso de laser.

Num primeiro momento, não houve geração de empregos, porém, cerca de 160 colaboradores foram qualificados com mais de 10 mil horas de treinamento e realocados para manusear 75 robôs dedicados ao processo de solda das cabinas. Nos últimos 12 meses, porém, a montadora informa ter gerado entre 700 e 800 postos de trabalho, totalizando 4.300 colaboradores na cidade.

Com a inauguração, a Scania passa a ser a única montadora de veículos comerciais do País que utiliza o laser no processo de solda de 100% de suas cabinas. A medida aumenta a qualidade da vedação das cabinas e a resistência estrutural, eliminando riscos de infiltração e garantindo aerodinâmica, que é uma das responsáveis pela redução do consumo de combustível.

"É a fábrica mais moderna e automatizada da Scania na América Latina e um espelho da nossa matriz na Suécia. Com esta unidade, revolucionamos os processos de manufatura integrada, com controle da produção desde o pedido até a entrega do veículo ao cliente. Trouxemos para o País que há de mais moderno em tecnologia industrial para a fabricação de caminhões seguros e eficientes", afirmou Ricardo Cruz, gerente executivo da Fábrica de Solda de Cabinas.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Wagner Santana, destacou a importância da unidade, que garante o processo de produção de cabinas na cidade. "Desta forma, a cabina sai completa daqui, o processo todo está dentro da mesma

planta, desde a solda até a pintura e a montagem final. Isso garante empregos e produção aqui.”

Na avaliação do prefeito Orlando Morando (PSDB), que também esteve na inauguração, a fábrica representa mais uma sinalização de que o setor produtivo da cidade volta a se erguer.

“O investimento da Scania mostra o quanto a empresa acredita em nossa cidade e traz a certeza de sua estabilidade e capacidade de crescimento. Trata-se de novo momento de pujança da economia em nosso município, a qual batalhamos muito para conquistar, por meio da desburocratização e do diálogo próximo ao setor produtivo”, ressaltou.

Outro processo da fábrica é o uso da célula de medição, responsável por escanear todas as cabinas produzidas, identificando variação nos padrões estabelecidos. Os robôs tiram fotografias da superfície das cabinas e verificam se as medidas e dimensões batem em relação ao modelo virtual.

Conhecido como fotogrametria, o processo analisa todas características das cabinas e, se uma delas não atinge a qualidade do modelo virtual, ela é sucateada. O aço, por sua vez, é reutilizado.

Eleição paralisa US\$ 33 bilhões em transações empresariais no Brasil

30/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 29-08-2018)

Boeing e Embraer, Eletrobras, Petrobras e a LyondellBasell estão com acordos parados

Uma joint venture de US\$ 4,8 bilhões entre a Boeing e a Embraer pode ser considerada uma ameaça à segurança nacional do Brasil, a entrega de um tesouro nacional ou um benefício que fortaleceria ambas as empresas e o país. Depende de para qual candidato presidencial é dirigida a pergunta.

As eleições de outubro no Brasil decidirão mais do que simplesmente quem lidera a maior economia da América Latina. Pelo menos US\$ 33 bilhões em fusões, aquisições, emissão de ações e títulos de dívida estão na balança, de acordo com dados compilados pela Bloomberg.

Além da Boeing e da Embraer, gigantes corporativos como a Eletrobras, a Petrobras e a LyondellBasell também estão com transações paradas até que os eleitores decidam quais serão as perspectivas para os mercados e a economia.

"A volatilidade da taxa de câmbio, a incerteza econômica e a dificuldade em enxergar um horizonte de saída claro. Tudo isso influencia o cronograma dos negócios", disse Roderick Greenlees, chefe do banco de investimento do Itaú BBA, primeiro colocado no ranking de assessor financeiro de fusões do Brasil neste ano, de acordo com dados compilados pela Bloomberg. "A atividade deve melhorar após as eleições, à medida que o mercado se estabilize."

A moeda brasileira perdeu 10% desde 3 de agosto após pesquisas eleitorais mostrarem um aumento nas intenções de voto no ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, cuja campanha qualifica o acordo Boeing-Embraer como "ilegítimo". O PT, partido de Lula, promete bloquear o acordo, caso seu candidato vença as eleições, usando o poder de veto do governo na Embraer.

Lula, que está concorrendo mesmo preso e acusado de corrupção, se opõe a reformas que os banqueiros consideram fundamentais para melhorar as contas fiscais. Ele deve ser impedido de concorrer, mas há sinais cada vez maiores de que pode impulsionar

seu companheiro de chapa, Fernando Haddad, para o segundo turno de votação, em 28 de outubro.

No outro extremo do espectro político, o candidato favorito do mercado, Geraldo Alckmin, disse que a joint venture da Boeing com a Embraer é positiva para as empresas e para o Brasil. As intenções de voto em Alckmin não têm aumentado nas pesquisas, e ele se mantém consistentemente no 4º ou 5º lugar.

"Quanto mais nos aproximamos das eleições sem melhorar a visibilidade sobre o resultado provável, mais difícil é fechar negócios", disse Eduardo Guimarães, chefe de fusões e aquisições do Itaú BBA. "É duro reduzir a diferença de preços entre compradores e vendedores quando você não tem previsão sobre o cenário base para os próximos anos."

As fusões anunciadas desde o início do terceiro trimestre caíram 37%, para US\$ 4,79 bilhões, em relação ao mesmo período do ano passado, de acordo com dados compilados pela Bloomberg. Os US\$ 32,8 bilhões em negócios anunciados este ano estão 4,5% abaixo do mesmo período do ano passado, mostram os dados. O Brasil representa cerca de 26% de todos os negócios de fusões e aquisições na região da América Latina este ano, ante 33% no ano passado.

"As eleições estão completamente indefinidas - não há uma tendência clara no momento - e será difícil para as pessoas tomarem decisões estratégicas de investimento ou desinvestimento de longo prazo com pouca previsibilidade", disse Eduardo Mendez, co-responsável por renda variável na América Latina no Morgan Stanley, o banco que mais liderou emissões de ações de empresas brasileiras até agora este ano, segundo dados compilados pela Bloomberg.

Os mercados emergentes estão sofrendo ao redor do mundo, e a incerteza das eleições no Brasil só aumenta essas tensões, disse Mendez. "Acho que podemos ver algumas transações de block-trade, que são mais rápidas e têm menos risco do que uma oferta normal de ações", disse ele. "Mas elas podem ter spreads maiores."

As ofertas totais de ações do Brasil alcançaram R\$ 24,7 bilhões neste ano, 7,4% menos que no mesmo período do ano passado.

As posições dos candidatos sobre a política tributária também afetarão os negócios, de acordo com Fernanda Ortiz, associada do Banco BTG Pactual. Tributar os dividendos da empresa - uma ideia que muitos candidatos presidenciais estão apoiando - poderia significar retornos mais baixos para os investidores, disse Ortiz.

"Grande parte das transações pressupõe boa vontade do governo, seja do ponto de vista regulatório, seja como vendedor de ativos, o que fica mais difícil conforme as eleições se aproximam", disse Thiago Sandim, sócio do Demarest, escritório de advocacia. "O mercado de M&A está engasgado", disse Sandim, acrescentando que a instabilidade política também está criando um solo fértil para "muito interferência judicial" na venda de ativos.

A Petrobras teve seu programa de desinvestimento bloqueado pelo juiz Ricardo Lewandowski, do STF, que determinou em julho que qualquer venda de empresa estatal, incluindo subsidiárias, deve ser aprovada pelo Congresso. A decisão forçou adiamentos de negócios como a venda de uma unidade de gasoduto no nordeste do Brasil, transação que pode chegar a US\$ 8 bilhões.

A Eletrobras, empresa estatal de energia, estava tentando vender seis unidades de distribuição e depois de muitas batalhas judiciais está leiloando três, enquanto outra venda pode ocorrer em 26 de setembro. A privatização da própria Eletrobras por meio de venda de ações no mercado também foi adiada, de um total de mais de 20 negócios

postergados no país. A possível venda do controle da Braskem para a LyondellBasell também está em ritmo mais lento.

"Há menos negócios e os que estão indo adiante estão demorando mais para fechar", disse João Ricardo de Azevedo Ribeiro, sócio sênior do escritório de advocacia Mattos Filho, de São Paulo, o primeiro colocado no ranking de maior assessor jurídico de M&A no Brasil este ano.

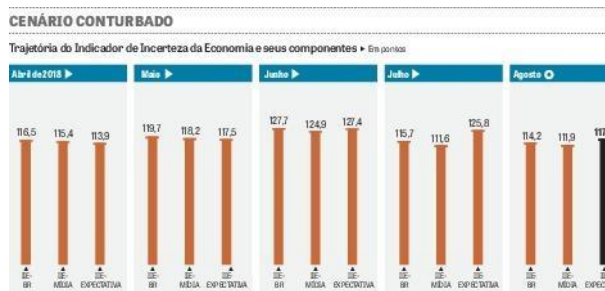
Os US\$ 33 bilhões em transações presas no limbo não incluem leilões para a venda de 12 aeroportos, quatro ferrovias e seis estradas, que o governo já admitiu serão adiados para o próximo ano, com investimentos estimados em R\$ 64 bilhões.

"Com todos esses acordos represados, podemos ver uma enxurrada de transações após as eleições", disse Pedro Whitaker de Souza Dias, sócio do Mattos Filho.

Incerteza sobre a economia brasileira ficará elevada nos próximos 6 meses

30/08/2018 – Fonte: DCI

Redução significativa do índice dependerá da melhora nos cenários político e fiscal, com uma sinalização de que reformas estruturais como da previdência serão encaminhadas ao Congresso



O Indicador de Incerteza da Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV) recuou 1,5 ponto percentual de julho para agosto para 114,2 pontos. Mas esse patamar considerado de incerteza elevada – acima de 110 pontos – continuará assim nos próximos meses.

"A incerteza em torno das eleições e do problema fiscal torna o cenário econômico ainda mais nebuloso. Falta clareza sobre os planos econômicos e não se sabe quais serão os planos fiscais, e que se mostrem necessários para resolver o problema, ou não", disse a pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre-FGV), Raíra Marotta.

Na avaliação do economista independente Pedro Coelho Afonso, a incerteza sobre a economia só irá diminuir significativamente se, no início do próximo governo, forem encaminhadas as reformas para aprovação no Congresso. Vale citar, nesse caso, que deputados e senadores eleitos só tomarão posse no começo de fevereiro de 2019, ou seja, um horizonte de seis meses.

"Desde o escândalo da delação da JBS [em maio de 2017], o governo não fez mais nada para que a economia crescesse. Temos um problema fiscal muito sério, uma reforma da previdência que não foi votada; e gargalos de logística e infraestrutura que precisam ser enfrentados", lembrou Coelho Afonso.

Sobre a incerteza elevada atual, a pesquisadora do Ibre citou que além da indefinição eleitoral doméstica, há outros fatores internacionais influenciando. "No *front* externo, temos a guerra comercial entre Estados Unidos e China; a tensão entre os EUA e a Turquia, que provocou a queda da lira turca e a desvalorização do real e de outras moedas emergentes em relação ao dólar", disse.

Quanto à atividade, Raíra Marotta acrescentou que a baixa confiança da indústria brasileira é registrada desde janeiro. “O aumento da incerteza também influencia no IBC-BR”, diz a pesquisadora.

O IBC-BR, considerada uma prévia do Produto Interno Bruto (PIB) feita pelo Banco Central (BC), registrou queda de 0,99% na atividade econômica no segundo trimestre do ano. O PIB oficial apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) será divulgado amanhã, dia 31.

Crescimento muito baixo

Na estimativa do economista Pedro Coelho Afonso, o PIB do segundo trimestre virá dentro das expectativas do mercado, ou seja, de estabilidade devido aos efeitos da greve dos caminhoneiros em maio. “O PIB do ano ficará em torno de 1,5%, ou 1,47% em linha com o que o mercado espera [Pesquisa Focus]”, diz Afonso.

Mas, para o economista-chefe da Mapfre Investimentos, Luis Afonso Lima, o PIB para 2018 ficará em torno de 1%. “Se errarmos, é para menos”, ponderou. No segundo trimestre, ele espera alta de 0,3% contra os três primeiros meses do ano.

Ele justificou que o IBC-Br para o segundo trimestre está mais próxima da realidade (queda de 0,99%). “Os primeiros dados do terceiro trimestre não são estão bons, vimos aumento do estoque na indústria, que está com capacidade ociosa. E tivemos a paralisação em Paulínia (SP) que afetará a produção industrial”, afirmou.

Ele completou que o setor de serviços (63% do PIB) está cortando margens. “A diminuição afeta a capacidade de investimento das empresas”, diz.

Brasil tem até 30 empresas prontas para IPO, diz presidente da B3

30/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 29-08-2018)

Segundo executivo, companhias esperam o que o próximo presidente dirá sobre reforma fiscal

De 15 a 30 companhias brasileiras estão prontas para listarem suas ações na bolsa até o final de 2019, movimento que pode deslançar após o fim das eleições presidenciais deste ano, disse o presidente-executivo da B3, Gilson Finkelsztain.

Segundo o executivo, as companhias estão esperando as sinalizações do próximo presidente, particularmente em relação a reformas no âmbito da situação fiscal do país.

“[Uma janela para IPOs] está totalmente condicionada ao cenário político”, afirmou Finkelsztain, em entrevista à Reuters na terça-feira (29). Ele não descarta um número de IPOs (sigla em inglês para oferta inicial de ações) até maior do que 30 se a economia mostrar alguma estabilização no próximo ano.



Ações da Petrobras em painel da B3-Bovespa - AFP

Nos últimos meses, houve um congelamento nas ofertas de ações, após um repique no ano passado, quando 10 IPOs (ofertas iniciais de ações, na sigla em inglês) levantaram mais de R\$ 20 bilhões.

Neste ano, apenas três empresas estrearam na bolsa. Várias outras que planejavam fazer o mesmo congelaram suas operações diante da piora do mercado internacional e de perspectivas mais fracas para a economia brasileira --- que ficaram piores após a greve dos caminhoneiros, em maio.

Esse contexto antecipou as preocupações com os rumos do país nos próximos anos, uma vez que a corrida presidencial mais imprevisível das últimas décadas deixa investidores bastante receosos em relação a questões como reformas econômicas e seus possíveis desdobramentos para o PIB.

Enquanto esse quadro não tem maior visibilidade, a B3 —fruto da compra da Cetip pela BM&FBovespa— tem apostado no lançamento de produtos, após vários anos concentrada em ampliar sua estrutura tecnológica. "O foco agora é nos clientes e em produtos", disse Finkelsztain.

A B3 divulgou nesta semana um organograma que prevê a implementação de pelo menos dez produtos, entre eles contrato futuro de ações e units e microcontato futuro do índice de ações norte-americano Standard & Poor's 500.

Há também já planos para 2019, como negociação eletrônica de empréstimos de ativos e novas funcionalidades do sistema de negociação Puma, entre outros.

Apesar de não estarem listados, o executivo afirmou que a B3 também estuda novos produtos e serviços para a área de commodities, soja e milho, particularmente, mas também do segmento de energia elétrica, diante da expansão recente dos negócios na área.

Empresas brasileiras pedem que América Latina intensifique combate ao contrabando

30/08/2018 – Fonte: Bem Paraná (publicado em 29-08-2018)

Representantes do setor privado brasileiro apresentaram nesta quarta-feira (29) uma série de propostas para que os países da América Latina intensifiquem as ações de combate ao contrabando.

Entre as sugestões, está a cooperação na área de inteligência financeira para coibir casos de lavagem de dinheiro. As empresas também defendem a atuação de uma polícia internacional e o reforço da integração dos países para monitoramento e combate ao contrabando.

Um documento com as propostas foi apresentado durante conferência da Alac (Aliança Latino-Americana Anticontrabando), no Palácio do Itamaraty, em Brasília. A aliança é uma iniciativa público-privada, da qual fazem parte governos, associações de empresas e as principais companhias afetadas pelo contrabando.

Durante dois dias de debate, especialistas apontaram as principais dificuldades para combater o contrabando e mostraram como a atividade ilícita está ligada a outros problemas relacionados à segurança pública e à arrecadação de tributos.

"Precisamos ter articulação muito ampla e pensar que não é problema só da segurança pública, mas afeta sonegação fiscal, renda, emprego, a vida e dignidade das pessoas", disse Flávio Correa Basílio, secretário nacional de Segurança Pública.

O setor privado brasileiro pede maior equilíbrio tributário e regulatório entre os países para reduzir desvantagens competitivas impostas às indústrias que atuam formalmente.

As empresas apoiam também atuação de uma polícia internacional. Na terça (28), o ministro da Segurança Pública, Raul Jungmann falou sobre a Ameripol (Comunidade de Polícias das Américas) e disse que ela deve passar por uma transformação para, em 2019, poder ampliar sua atuação e ser capaz de perseguir criminosos em países vizinhos.

As propostas das empresas serão apresentadas aos membros da aliança e serão deliberadas em reuniões futuras.

A Alac é composta por Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

Participaram das discussões entidades como CNI (Confederação Nacional da Indústria), ABIT (Associação Brasileira da Indústria Têxtil), ABTE (Associação Brasileira de TV por Assinatura) e Abrabe (Associação Brasileira de Bebidas).

Para a formulação das propostas, os representantes do setor privado contaram com informações e auxílio técnico de órgãos públicos como a Polícia Federal, Receita Federal e os ministérios de Relações Exteriores, de Segurança Pública e de Segurança Institucional.

Para que as medidas sejam viabilizadas, o grupo propõe a criação de um grupo de trabalho voltado à análise da legislação sobre o tema em cada país e à elaboração de estratégias de combate ao contrabando.

Julgamento sobre terceirização no STF tem 5 votos a favor e 4 contra

30/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 29-08-2018)

Corte julga processos anteriores à lei da terceirização; conclusão depende de 2 votos

Na quarta sessão dedicada ao tema, o julgamento da terceirização de atividade-fim chegou a um placar de cinco votos a favor e quatro contrários. O resultado depende, agora, dos ministros Celso de Mello e da presidente Cármen Lúcia.

O posicionamento deles deve ser conhecido nesta quinta-feira (30), para quando está prevista a retomada do julgamento.

Nesta quarta-feira (29), dois ministros apresentaram seus votos. A corte analisa dois casos anteriores à lei da terceirização.



Gilmar Mendes apoiou a terceirização de todos os tipos de atividade. Já tinham se posicionado da mesma forma, além dos relatores Luís Roberto Barroso e Luiz Fux, os ministros Alexandre de Moraes e Dias Toffoli.

Ao contrário, Marco Aurélio se declarou contra a terceirização irrestrita. O voto dele se somou aos dos ministros Luiz Edson Fachin, Rosa Weber e Ricardo Lewandowski.

A lei que permite a terceirização de todas as atividades foi sancionada pelo presidente Michel Temer no ano passado. Há ações no Supremo que questionam a constitucionalidade desse texto, mas elas ainda não foram votadas pelos ministros.

Antes da lei da terceirização, a jurisprudência do TST (Tribunal Superior do Trabalho) indicava vedação à terceirização da atividade-fim da empresa e permitia a contratação para atividades-meio. Empresários alegavam que a definição dos diferentes tipos de atividade causava confusão na justiça trabalhista.

Um dos casos analisados pelo Supremo trata da legalidade de decisões da justiça do trabalho proibindo a terceirização em alguns setores. O outro é um recurso sobre a possibilidade de terceirização da atividade-fim.

Gilmar Mendes argumentou que a terceirização é decorrente da especialização do trabalho e que a Constituição não impõe "modelo específico de produção".

"Não faz qualquer sentido manter as amarras de um modelo verticalizado, fordista, na contramão de um movimento global de descentralização. Isolar o Brasil neste contexto global seria condená-lo à segregação econômica em uma economia globalizada", disse.

O ministro ironizou, ainda, a classificação dos diferentes tipos de atividade dentro de uma empresa.

"Tenho uma inveja enorme de quem consegue fazer distinção entre atividade-meio e atividade-fim. São pessoas iluminadas", afirmou Gilmar Mendes.

O ministro Marco Aurélio criticou a terceirização irrestrita.

"Hoje nós temos escassez de empregos e mão-de-obra incrível, com número indeterminado de pessoas desempregadas, então a preservação do direito do trabalho mais do que nunca se impõe, tendo em conta os interesses nacionais, e não os internacionais."

"Terceirização de atividade-fim divide ministros do STF

30/08/2018 – Fonte: Gazeta do Povo (publicado em 29-08-2018)

Até o momento, cinco juízes votaram de forma favorável à terceirização irrestrita, enquanto quatro votaram contra. Os entendimentos de Celso de Mello e Cármen Lúcia sobre a questão serão decisivos

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) ainda não chegaram a um placar irreversível sobre a validade da terceirização irrestrita. Retomado nesta quarta-feira (29), o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 324 e do Recurso Extraordinário (RE) 958252 já registra votos de nove dos 11 ministros.

Por enquanto, o placar tem cinco votos favoráveis à terceirização da atividade-fim, aquela relacionada ao objetivo principal da empresa, e quatro contrários. A análise será retomada na sessão de quinta-feira (30), quando votam o decano, Celso de Mello, e a presidente da Corte, Cármen Lúcia.

As ações contestam decisões da Justiça trabalhista que vedam a terceirização de atividade-fim baseadas na súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Antes da Lei da Terceirização e da Reforma Trabalhista, a súmula era a única orientação dentro da Justiça do Trabalho em torno do tema. Mesmo após as inovações de 2017, no entanto, tribunais continuam decidindo pela restrição da terceirização, com base no texto do TST.

Antes, era permitida apenas a terceirização das atividades-meio, sem relação direta com a atividade central da empresa.

Os votos favoráveis à terceirização foram emitidos pelos relatores das ações, Luís Roberto Barroso e Luiz Fux, acompanhados por Alexandre de Moraes, Dias Toffoli e Gilmar Mendes, que se manifestou nesta quarta (29). Como o Recurso Extraordinário teve repercussão geral reconhecida, deve destravar cerca de 4 mil processos trabalhistas ao final do julgamento.

Os ministros favoráveis à terceirização irrestrita defenderam a decisão com base livre iniciativa e da livre concorrência. Afirmaram, também, que a proibição iria na contra-mão da modernização do mundo do trabalho.

Toffoli disse que "o posicionamento vem ao encontro da evolução da súmula, ou seja, alargar as possibilidades de terceirização. Não é uma desautorização do TST, mas reflete a realidade de um mundo globalizado", enquanto Gilmar falou que a terceirização está na pauta do tribunal "até em vista das reformas trabalhistas positivas no mundo todo, com diminuição comprovada das taxas de desemprego, como ocorreu na França, na Inglaterra e em Portugal".

Divergência

Por outro lado, os ministros Rosa Weber, Edson Fachin, Ricardo Lewandowski e Marco Aurélio entendem a questão de forma diferente. No voto mais enfático contrário à terceirização irrestrita, Rosa disse que a perspectiva de terceirização de atividade-fim "contraria o próprio conceito de terceirização". Para a ministra, a liberação do trabalho terceirizado em todos os níveis precariza as relações de emprego.

Já Marco Aurélio, que proferiu um voto de quase duas horas nesta quarta (29), alfinetou a autora de uma das ações. "Quem entrou com a ADPF foi a Associação do Agronegócio, e não me consta que ela tenha vindo ao STF para resguardar direitos dos trabalhadores".

"Justiça trabalhista ignora reforma e reajusta processos acima da inflação

30/08/2018 – Fonte: Gazeta do Povo (publicado em 29-08-2018)

A nova lei estabeleceu a atualização dessas dívidas trabalhistas pela Taxa Referencial. Muitas

Os maiores Tribunais Regionais do Trabalho (TRT) do país têm ignorado as novas regras da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) no tocante à correção de dívidas trabalhistas e aplicam um índice mais vantajoso para os empregados.

Dos 24 órgãos, ao menos sete já contrariaram a reforma trabalhista, em vigor desde novembro de 2017. Decisões das Cortes corrigiram passivos, como horas extras, com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo-Especial (IPCA-E), uma derivação do índice oficial de inflação. A nova lei, no entanto, estabeleceu a atualização dessas dívidas pela Taxa Referencial (TR), usada para remunerar a poupança.

Enquanto a TR ficou perto de 0% no acumulado de 12 meses até julho de 2018, o índice medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) teve alta de 3,68% no mesmo período. Às ações trabalhistas ainda são somados juros de mora de 1% ao mês.

O uso do IPCA-E se fundamenta em uma decisão de 2015 do Supremo Tribunal Federal (STF). A Corte determinou sua aplicação na atualização de precatórios, que são as dívidas públicas de municípios, estados e União em ações judiciais.

"Como um julgamento de precatórios pode servir de precedente para um débito trabalhista?", questiona Cleber Venditti, advogado trabalhista e sócio do escritório Mattos Filho.

Confira: STF mantém fim da obrigatoriedade do imposto sindical

Embora a TR tenha sido criada em 1991, durante o governo Fernando Collor, e hoje esteja em desuso em razão de uma nova realidade econômica, Venditti critica os critérios das correções atuais.

“Os juros aplicados pela Justiça do Trabalho, de 1% ao mês, também não refletem muito dos indicadores do mercado”, afirma o advogado. Desembargadores, porém, têm entendimento diferente.

Integrantes dos TRTs de São Paulo (capital, região metropolitana e Baixada Santista), Campinas (interior paulista), Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul e Bahia, mesmo após a reforma, aplicaram o IPCA-E. Decisões ainda afirmam que a mudança é inconstitucional.

O presidente do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), ministro João Batista Brito Pereira, já encaminhou um ofício aos presidentes dos tribunais para informar que uma nova tabela terá como base o IPCA-E. O documento é uma recomendação.

Brito Pereira, que também preside o TST, aguardava apenas a conclusão de uma ação na 2ª Turma do Supremo para editá-la. O trânsito em julgado - quando já não cabem mais recursos - foi declarado no dia 15 de agosto. Segundo o TST, no entanto, a tabela ainda não foi definida. Turmas do próprio tribunal superior também já aplicam o IPCA-E em correções.

A constitucionalidade dessa mudança específica na CLT ainda não foi analisada pelo Supremo, tampouco foi decidido se as regras da reforma valem para processos trabalhistas anteriores à sua vigência.

“O ideal é que o STF, quer por liminar, quer no mérito, decida rapidamente sobre a questão”, diz Venditti.

Leia também: A reforma conseguiu acabar com a indústria da ação trabalhista?

No dia 16, a Confederação Nacional do Sistema Financeiro (Consif) ajuizou uma ação no Supremo em defesa da TR. A entidade reúne Fenaban (federação dos bancos), Fenacrefi (instituições de crédito), Fenadistri (títulos e valores mobiliários) e também Fenaseg (seguradoras).

Na ação em que pedem que a regra seja declarada constitucional, os advogados Luiz Carlos Sturzenegger e Fábio Lima Quintas argumentam que o uso do IPCA-E “traduz usurpação da competência legislativa conferida pela Constituição à União para legislar sobre regime monetário”.

Eles alegam também que a TR “constitui critério que, do ponto de vista econômico, é equitativo, tendo aquilo que a ciência econômica chama de neutralidade intertemporal (porque não beneficia nem prejudica nenhuma das partes tão só pelo decurso do tempo do processo)”. Os advogados lembram, ainda, que sobre as dívidas são aplicados juros.

O presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Guilherme Feliciano, diz que a entidade vai pedir para ingressar no processo.

“Essa ação da Consif abriu muitas portas, suscitou muitas polêmicas. A Anamatra deverá entrar como amiga da corte para sustentar que o índice correto é o IPCA-E”, afirma o juiz do trabalho.

De acordo com Feliciano, a ação da Consif foi para a relatoria de Gilmar Mendes por prevenção, quando se trata de um processo sobre o mesmo assunto no Supremo.

"Isso se deu em razão de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) da Anamatra, na qual questionamos o novo regime de depósito recursal, que determina também a TR", afirma Feliciano.

Enquanto o STF não decide sobre o tema, Otavio Pinto e Silva, professor de direito do trabalho da USP e sócio do escritório Siqueira Castro, diz que tanto empregado como empregador perdem.

"Um juiz pode aplicar TR e outro, IPCA-E. Em uma mesma cidade, por exemplo, pode ter decisões distintas para trabalhadores de uma mesma empresa", afirma Pinto e Silva. Segundo o professor, agora o caso está só com o Supremo.

"É um ponto de direito material da reforma trabalhista que vai ser decisivo para se corrigir ações nova e também as antigas." Para ele, no entanto, caberia ao Poder Legislativo estabelecer a taxa ideal, pois "ainda temos a lei. A lei diz que é TR. Se está errado, muda então a lei".

CMN amplia para 10 dias úteis prazo para portabilidade salarial

30/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Instituições terão mais tempo para processar transferências

As instituições financeiras ganharam mais tempo para processar os pedidos do trabalhador para transferir o dinheiro da conta-salário para uma conta própria. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aumentou, de cinco para 10 dias úteis, o prazo para os bancos processarem os requerimentos de portabilidade salarial.

Regulamentada no início do ano, a portabilidade salarial representa a transferência gratuita de dinheiro da conta-salário, onde o empregador deposita os proventos do trabalhador, para a conta de preferência do empregado, independentemente da instituição financeira.



Em nota, o Banco Central (BC) informou que o prazo mais longo facilitará as verificações necessárias pelas instituições financeiras. Pelas novas regras, que entraram em vigor em julho, cabe à instituição que receberá os recursos transferidos da conta-salário para o cessar dos pedidos do trabalhador e verificar a autenticidade das informações fornecidas.

Apesar do aumento do prazo, o BC informou que a medida não trará prejuízos aos clientes nos meses seguintes. Isso porque o procedimento ocorre somente uma vez. Depois de processada a portabilidade, a transferência do salário para a conta de escolha do trabalhador ocorrerá automaticamente todos os meses.

Aberta pelo empregador em nome do empregado, a conta-salário recebe depósitos apenas da empresa. O trabalhador tem direito à aquisição de cartão para a movimentação da conta, a cinco saques, duas consultas de saldo e dois extratos por

mês sem cobrança de tarifa. Por meio da portabilidade salarial, o correntista pode transferir gratuitamente o salário para outra conta.

Desde 1º de julho, o empregado pode optar por repassar os proventos para contas fora de bancos, como as operadas por serviços digitais como PayPal e as operadas por [fintechs](#) e por emissores de cartões.

Fim de reserva

Na reunião desta quarta-feira, o CMN também aprovou a extinção de uma reserva que o Banco Central mantinha para ser aplicada na própria instituição financeira.

Até abril, a Reserva para o Desenvolvimento Institucional do Banco Central (Redi-BC) tinha R\$ 1,4 bilhão em recursos financeiros, que foram repassados à conta única do Tesouro Nacional após recomendação do Tribunal de Contas da União.

De acordo com o BC, como não há perspectiva de ingresso de recursos, a reserva perdeu a finalidade e foi extinta.

Taxa de desemprego fica em 12,3% no trimestre até julho, diz IBGE

30/08/2018 – Fonte: Tribuna PR

A taxa de desocupação no Brasil ficou em 12,3% no trimestre encerrado em julho, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) divulgados nesta quinta-feira, 30, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O resultado ficou exatamente na mediana das expectativas dos analistas ouvidos pelo Projeções Broadcast, que estimavam uma taxa de desemprego entre 11,9% e 12,5%. Em igual período de 2017, a taxa de desemprego medida pela Pnad Contínua estava em 12,8%. No fechamento do segundo trimestre, o resultado ficou em 12,4%. No trimestre encerrado em abril, a taxa era de 12,9%.

A renda média real do trabalhador foi de R\$ 2.205 no trimestre terminado em julho. O resultado representa alta de 0,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. A massa de renda real habitual paga aos ocupados somou R\$ 197,2 bilhões no trimestre encerrado em julho, alta de 2,0% ante igual período do ano anterior.

WEG integra a primeira loja online de energia solar do Brasil

30/08/2018 – Fonte: CIMM (publicado em 29-08-2018)

Imagine um portal exclusivamente dedicado a soluções fotovoltaicas que possibilitem a instalação de sistemas de energia solar residencial.

Imagine um portal exclusivamente dedicado a soluções fotovoltaicas que possibilitem a instalação de sistemas de energia solar residencial. Até alguns anos atrás poderia até ser bem difícil de imaginar, mas hoje não.

Dados recentes do Ministério de Minas e Energia apontam que, em junho, a luz solar foi responsável por 81,9% da capacidade instalada de geração de energia e 87,8% da produção total verificada no país.

Um mercado como esse não pode ser ignorado e a gigante jaraguense WEG está nele há muito tempo. E ela está também no mais novo marketplace criado no Brasil com foco exclusivo ao segmento de tecnologia fotovoltaica voltada à residências e comércios.

No ar desde o último sábado (25), o [Portal Solar](#) é um verdadeiro parque de diversões para os aficionados por tecnologia e, para o consumidor leigo, é uma “mão na roda”,

uma vez que reúne os melhores produtos e instaladores do mercado. E se estamos falando dos melhores produtos do setor, estamos falando da WEG.

A empresa jaraguense integra a primeira loja online de energia solar do Brasil e, por lá, é possível encontrar geradores das mais variadas potências e com preços diversos. Além disso, o Portal Solar ainda funciona como um "TripAdvisor" do segmento, com os clientes avaliando os produtos e serviços e, com isso, criando um ranking de pontuação das empresas que fazem parte da plataforma on-line.

Capacidade instalada de energia solar vai crescer 115% em 2018, diz associação

30/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo (publicado em 29-08-2018)

País deve fechar o ano com 410 megawatts em energia solar distribuída

A capacidade instalada em energia solar no Brasil deve fechar o ano perto de 2,5 gigawatts, um salto de cerca de 115% ante a marca de 1,15 gigawatt no final de 2017, projetou nesta quarta-feira (29) a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (Absolar).

O impulso à fonte, que apesar de um enorme potencial representa apenas 0,8% na capacidade do país, dominada por hidrelétricas e com crescente participação de térmicas e eólicas, deve vir tanto da construção de grandes parques fotovoltaicos quanto de instalações menores, em telhados.

Esses sistemas de pequeno porte, conhecidos como geração distribuída, inclusive, devem crescer em ritmo um pouco mais acelerado que a capacidade das grandes usinas em 2018, segundo a Absolar, que vê o país fechar o ano com 410 megawatts em energia solar distribuída, alta de 124% ante 2017.

Já as grandes plantas solares devem somar 2,06 gigawatts até o fim do ano, uma expansão de 114%, segundo a associação, que apresentou suas previsões atualizadas em uma conferência do setor em São Paulo.

Os principais fatores que têm puxado o acelerado crescimento das pequenas instalações de energia solar em residências, comércios e indústrias são a disparada das tarifas de energia nos últimos anos e a significativa queda nos preços dos equipamentos de geração, a maior parte importada da China.

O custo no Brasil de um sistema de até 5 kilowatts-pico caiu quase 30% entre 2013 e 2017, de acordo com levantamento do Instituto Ideal, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Segundo o diretor de estudos de energia da estatal Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Amílcar Guerreiro, a expansão solar tem à sua disposição no país um universo de cerca de 50,7 milhões de residências —em uma projeção conservadora, sem contar edifícios— ou 3,9 bilhões de metros quadrados em telhados que podem ser cobertos por placas fotovoltaicas.

Isso seria suficiente para produzir energia equivalente a duas vezes o consumo residencial atual no país.

Ele estimou, no entanto, que a geração distribuída como um todo no Brasil, incluindo uma participação menor de outras fontes, deve alcançar cerca de 3 por cento da geração total de energia em 2027.

Apesar da pequena parcela final, isso representaria um crescimento médio de 143% ao ano na tecnologia.

O potencial de crescimento da geração solar no Brasil tem atraído grandes fornecedores internacionais do segmento. A chinesa BYD e a canadense Canadian Solar abriram fábricas locais, enquanto fabricantes como as chinesas Trina Solar, JA Solar, Yingli Solar e outras abriram escritórios no país para importar equipamentos.

DEMANDA ATRAPALHA

Um plano de longo prazo da EPE para o setor de energia a ser divulgado no próximo mês, o chamado Plano Decenal, apontará para uma perspectiva de que as [usinas solares](#) de grande porte alcancem quase 5% do parque gerador do país em 2027.

Segundo Guerreiro, o crescimento poderia ser ainda maior, dado o potencial, mas será limitado pelo desempenho da economia brasileira, que tem puxado para baixo expectativas de demanda por eletricidade.

As baixas projeções de demanda, inclusive, justificaram uma escolha do governo de não autorizar a contratação de mais usinas solares em um leilão para novos projetos agendado para sexta-feira, o chamado A-6, segundo Guerreiro.

“Temos mais um ano com o mercado ‘andando de lado’, a demanda ainda não está reagindo. A gente espera que reaja”, disse.

Outro fator que impacta o ritmo de expansão da fonte é a necessidade de complementação, uma vez que a geração solar se concentra durante o dia e varia com o clima.

Segundo Guerreiro, isso deve exigir cerca de 13 gigawatts até 2017 em alternativas para ajudar no controle da operação do sistema elétrico, como térmicas de partida rápida, hidrelétricas reversíveis, que podem guardar energia, e até mesmo baterias para armazenamento.

“A gente quer ter penetração de renováveis, é importante, mas a gente tem que preparar o sistema para recebê-las”, afirmou.

A EPE prevê no PDE 2027 que renováveis, incluindo eólicas, solares e à biomassa, devem chegar a quase 61 gigawatts em capacidade em 2027, quase dobrando os atuais 33,4 gigawatts e chegando a 30 por cento da matriz, ante 21% atuais.

As hidrelétricas, por sua vez, perderão espaço —embora devam chegar a 110,5 gigawatts, ante 102 gigawatts hoje, a participação cairá de 64,4% para 53,5%.

IGP-M acelera alta para 0,70% em agosto ante 0,51% em julho

30/08/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) acelerou a alta de 0,51% em julho para 0,70% em agosto, divulgou nesta quinta-feira, 30, a Fundação Getulio Vargas (FGV).

Assim, o indicador saltou de 8,24% em 12 meses até julho para 8,89% em 12 meses até agosto. No ano até agosto, o indicador acumulado registra elevação de 6,66%.

Em agosto, o resultado do IGP-M veio acima da mediana das estimativas do Projeções Broadcast, de 0,63%, mas dentro do intervalo de 0,43% e 0,73%.

Entre os três indicadores que compõem o IGP-M, o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA-M) acelerou de 0,50% para 1,00% entre julho e agosto.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC-M) desacelerou de 0,44% para 0,05%. O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC-M) passou de 0,72% para 0,30% no período.

Bancários terão reajuste salarial maior do que a inflação

30/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Aumento nos salários será de 5%; categoria manterá benefícios de antes da nova CLT

Os trabalhadores de bancos públicos e privados de todo o país terão reajuste salarial acima da inflação neste ano. Ao todo, a categoria conquistou 5% de aumento a partir de 1º de setembro.

Pelas estimativas da confederação nacional dos bancários, o reajuste deverá ser de 3,78%, que é a inflação estimada para o período, medida pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), mais 1,18%.

A categoria aceitou ontem a proposta feita pelos patrões em assembleias em São Paulo e outras cidades. Para o Sindicato dos Bancários de Osasco e Região, a maior vantagem foi conseguir manter direitos da convenção coletiva em vigor, que são anteriores à reforma trabalhista.

“Os bancários já são uma referência de conquista de direitos para todos os trabalhadores. Somos uma das únicas categorias com uma convenção coletiva nacional e nossa mobilização avançou esse ano”, disse Ivone Silva, presidente do sindicato.

Os cálculos da entidade são de que, entre 2004 e 2019, a categoria terá aumento real acumulado de 23,5% nos salários e de 44,7% no piso.

A nova convenção deverá ser assinada na sexta-feira e valerá por dois anos. Em setembro de 2019, os bancários terão a reposição da inflação mais 1% de ganho real.

Ao todo foram dez rodadas, em uma negociação que começou em junho. A primeira proposta era para repor somente a inflação, o que não foi aceito pelos trabalhadores. Depois, ofereceu-se mais 0,5%, o que também rejeitou.



Reajuste

Os bancários de bancos públicos e privados terão reajuste salarial de 5%, aumento deverá cobrir a inflação do período e garantir ganho real de 1,18% para a categoria

Como fica a partir de setembro:

- Piso escritório após 90 dias: R\$ 2.302,52
- Piso caixa/tesouraria após 90 dias: R\$ 3.110,40
- PLR: 90% do salário + R\$ 2.355,76 (podendo chegar a 2,2 salários) e parcela adicional de 2,2% do lucro líquido, dividido linearmente entre os trabalhadores, com teto de R\$ 4.711,52
- Auxílio-refeição: R\$ 35,18 por dia
- Cesta alimentação e 13ª cesta: R\$ 609,87
- Auxílio creche ou babá (para filhos até 71 meses): R\$ 468,42
- **Como é hoje:**
- Piso escritório após 90 dias: R\$2.192,88
- Piso caixa/tesouraria após 90 dias: R\$ 2.962,29

- PLR: 90% do salário + 2.243,58 (podendo chegar a 2,2 salários) e parcela adicional de 2,2% do lucro líquido, dividido linearmente entre os trabalhadores, com teto de R\$ 4.487,16
- Auxílio-refeição: R\$33,50 por dia ou R\$ 737 por mês
- Cesta alimentação e 13ª cesta: R\$ 580,83
- Auxílio creche ou babá (para filhos até 71 meses): R\$ 446,11

Bancários de Curitiba e região aceitam proposta patronal e descartam greve

30/08/2018 – Fonte: Bem Paraná (publicado em 29-08-2018)



(Foto: Arquivo Bem Paraná)

Em assembleia na noite desta quarta-feira (29) os bancários de Curitiba e região decidiram aceitar a proposta de reposição salarial da Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) e descartaram deflagrar greve neste ano.

A proposta apresentada no sábado passado (25) é de reajuste salarial de 5% (aumento real de 1,18% sobre uma inflação do INPC projetada em 3,78%) e garantia de manutenção de todos os direitos previstos na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). Funcionários da Caixa Econômica Federal também aceitaram a proposta específica da empresa.

No sábado, depois de receber a proposta da Fenaban na mesa de negociação, o Comando Nacional dos bancários indicou a aprovação das propostas. A proposta prevê, ainda, acordo com validade de dois anos. Assim, ficariam garantidas, até 2020, a manutenção de todos os direitos e a reposição total da inflação (INPC), mais 1% de aumento real para salários e demais verbas em 1º de setembro de 2019.

Os funcionários do Banco do Brasil ainda debatiam e votavam, até as 21 horas, a sua pauta específica.

Serasa Experian relança plataforma para negociação de dívidas

30/08/2018 – Fonte: Bem Paraná (publicado em 29-08-2018)

- A Serasa Experian relançou a ferramenta para negociação de dívidas. Voltado para acesso por smartphones, no Serasa Limpa Nome o consumidor pode verificar total das contas, renegociar o débito, emitir o boleto, pagá-lo e limpar o nome. Na negociação pela internet, os credores oferecem descontos que podem chegar a até 92% do valor da dívida.

Segundo o Serasa, a plataforma consegue atingir 27 milhões de pessoas que possuem contas em aberto. Atualmente, há 61,6 milhões de brasileiros com o nome sujo na base de dados da empresa.

Além de mostrar as contas que foram negativadas, o sistema também mostra as contas vinculadas ao CPF do consumidor que estão atrasadas, mas ainda não foram protestadas pelas empresas. Itaú, Bradesco, Net/Claro, Losango, Tricard, Porto Seguro cartões e Ipanema Credit Management participam da negociação online.

Para Pedro Dias Lopes, diretor do Serasa Consumidor, a plataforma facilita a negociação por reunir em ambiente virtual o devedor e o credor, sem o intermédio de ligações de cobrança, por exemplo. Um levantamento feito pela empresa verificou que o devedor não gosta de ser abordado por telefone, e prefere que o contato seja feito digitalmente, por email ou aplicativo de mensagens.

Para utilizar o sistema, o consumidor deve acessar o site do Serasa Limpa Nome e digitar seu CPF. O sistema mostrará as contas em aberto. Há opções de pagamento a vista ou parcelado. Após aceitar o acordo, um boleto é emitido. Caso o devedor precise, consegue emitir segunda via ou outras parcelas do acordo também pela plataforma.

DÍVIDAS

Com o nome sujo e o orçamento comprometido, quatro em cada dez devedores pegaram empréstimos com parentes e não pagaram, mostra um levantamento feito pelo SPC Brasil (Serviço de Proteção ao Crédito) com a CNDL (Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas). O número é dez pontos percentuais maior que na mesma pesquisa feita no ano passado.

Apesar das contas mais apertadas, subiu o número de pessoas que acreditam que pagarão as dívidas nos próximos três meses (de 19,9% para 35,6%).

Segundo especialistas, antes de aceitar um acordo para limpar o nome, é preciso que o consumidor faça um orçamento completo da família para verificar se conseguirá honrar a negociação e não ficar inadimplente novamente.

"Correios podem arrecadar até R\$ 90 milhões ao mês com cobrança de importação"

30/08/2018 – Fonte: Gazeta do Povo

Presidente dos Correios garantiu que a nova fonte de receita será destinada a custear a estrutura do desembaraço alfandegário

A cobrança de R\$ 15 por encomenda importada pode gerar aos cofres dos Correios entre R\$ 1,5 milhão e R\$ 4,5 milhão por dia. Segundo o presidente da empresa estatal, Carlos Roberto Fortner, com o aumento das compras em sites e empresas do exterior, o volume de mercadorias que os Correios recebem do exterior cresceu de forma inesperada, variando entre 100 mil e 300 mil objetos/dia. As informações são da Agência Brasil.

Considerados estes números e um mês com 20 dias úteis, o aporte de recursos financeiros com o início da cobrança do despacho postal pode chegar a R\$ 90 milhões mensais. Valor que Fortner assegura que a empresa investirá na melhoria do serviço prestado aos clientes.

“O valor arrecadado com a cobrança será destinado a custear a estrutura necessária ao desembaraço alfandegário, um custo que estava sendo embutido em outros serviços”, disse o presidente ao explicar a jornalistas os motivos da cobrança, que entrou em vigor na última segunda-feira (27).

Antes, o serviço era cobrado apenas de objetos tributados pela Receita Federal e que representam cerca de 3% do volume total de mercadorias importadas recebidas pelos Correios, o que não chega a alterar a expectativa média de faturamento com a cobrança.

O que pode sim afetar os resultados, segundo a empresa, é um eventual aumento no percentual de mercadorias devolvidas por consumidores que, eventualmente, desistam de retirar os produtos comprados para não ter de pagar os R\$ 15. Nestes

casos, os objetos são devolvidos aos exportadores com custos de manuseio, estocagem e envio para os Correios.

“Com a reorganização, a qualidade dos serviços é melhorada e a velocidade do desembaraço alfandegário e da entrega das mercadorias passa a ser mais rápida”, assegurou o presidente dos Correios. Segundo ele, a cobrança do despacho postal já é uma prática comum em outros países e o valor estabelecido pelos Correios é, em média, quatro vezes menor que os cobrados por empresas privadas que atuam no Brasil neste mesmo segmento.

“Como o volume de encomendas era pequeno, os custos estavam diluídos pelo restante das operações. Com o crescimento da quantidade de objetos importados, foi necessário organizar serviços complementares e reorganizar o serviço de maneira a lhe dar maior transparência e permitir que cada cliente pague apenas aquilo que tem que pagar”, acrescentou o presidente dos Correios.

De acordo com Fortner, entre 2016 e 2017, o volume de mercadorias importadas recebidas pelos Correios cresceu cerca de 80%. Mesmo com a alta do dólar, até junho deste ano a empresa já registrava um novo acréscimo do volume de serviço, da ordem de 32%.

Trâmite para liberar encomendas

Segundo a área técnica da estatal, em 2017 os Correios receberam, em média, 189 mil encomendas importadas por dia. Já no primeiro semestre deste ano, foram 242 mil objetos/dia. Toda essa mercadoria tem que ser separada, estocada e inspecionada por servidores dos Correios que dão suporte ao desembaraço alfandegário.

Quando necessário, a estatal ainda tem de providenciar o tratamento adequado a objetos cuja importação é proibida ou que ofereçam algum tipo de risco fitossanitário; recolher e repassar à Receita Federal eventuais tributos de importação não pagos e, por fim, avisar os destinatários sobre a presença dos objetos.

“É um serviço que precisa ser remunerado, que não podemos oferecer de graça, pois precisamos ter sustentabilidade econômico-financeira”, ponderou Fortner.

Quem está aguardando encomendas do exterior, deve acessar o sistema de rastreamento de objetos e, se necessário, realizar o pagamento do despacho postal por meio de boleto ou cartão de crédito.

O prazo de entrega do objeto, conforme o serviço contratado no momento da compra, passa a contar a partir da data da confirmação do pagamento. As informações e orientações sobre os procedimentos de importação estão disponíveis no site dos Correios.

Usuários reclamam

Apesar das justificativas, o início da cobrança motivou usuários do portal e-Cidadania, do Senado Federal, a apresentarem ao menos quatro propostas de revogação da cobrança da taxa. Uma delas já conta com o apoio de 13.624 internautas cadastrados no portal.

Caso alcance 20 mil apoios até o próximo dia 26 de dezembro, a sugestão será encaminhada à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), responsável por, confirmada a legalidade das ideias legislativas apresentadas por cidadãos, transformá-las em sugestões legislativas para que sejam debatidas pelos senadores."

Rota 2030: Fabricante de caminhões inaugura fábrica de solda de cabinas a laser em São Bernardo

30/08/2018 – Fonte: MDIC (publicado em 28-08-2018)

Scania inaugura primeiro investimento consolidado do setor automotivo depois do lançamento do programa Rota 2030

A fabricante sueca de caminhões Scania inaugurou, nesta terça-feira, uma fábrica de solda de cabinas a laser em São Bernardo do Campo, em São Paulo. A nova instalação, que custou R\$ 340 milhões, adota tecnologias avançadas e robôs inteligentes.

Segundo o secretário de Desenvolvimento e Competitividade Industrial, Igor Calvet, que representou o ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Jorge, no evento, trata-se da primeira inauguração de investimento consolidado do setor automotivo depois do lançamento do Rota 2030, em julho passado. O programa traça requisitos para rotulagem veicular, eficiência energética e dispêndios com pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

Calvet destacou ainda que o uso de tecnologias de ponta no chão de fábrica da Scania está em linha com a agenda da Indústria 4.0, lançada pelo MDIC em março, que prevê uma série de ações para aumentar a competitividade e produtividade das indústrias brasileiras.

Christopher Podgorski, presidente da Scania na América Latina, contou que a empresa já está há mais de 60 anos no país. A primeira filial fora da Suécia foi instalada no Brasil.

Ainda segundo o executivo, a unidade inaugurada hoje faz parte de um pacote de R\$ 2,6 bilhões que serão investidos no Brasil até 2020.

Alguns dos 75 novos robôs importados pela Scania foram beneficiados pelo regime de ex-tarifários, que reduz temporariamente impostos de bens de capital e de informática e telecomunicações quando não há produção equivalente no Brasil.

Também participaram do evento na Scania o prefeito de São Bernardo do Campo, Orlando Morando, o secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, Gustavo Sartori, e o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Wagner Santana.

Lei da Informática

De tarde o secretário visitou a linha de produção da Tury, fornecedora de tecnologias para a indústria automotiva. A empresa é beneficiária da Lei de Informática, que concede incentivos fiscais para empresas do setor de tecnologia.

Segundo Daniel Turi, diretor comercial da Tury, com a instalação de centros de pesquisa e desenvolvimento na empresa, alguns equipamentos que antes eram importados passaram a ser produzidos no Brasil.

Ainda de acordo com o executivo, com a redução de impostos, o preço dos itens nacionais fica mais competitivos no mercado.

Fundada em 1990, a Tury tem cerca de 200 funcionários e atende grandes como Toyota, Mitsubishi e Hyundai.

Superlubrificante reproduz-se continuamente para evitar o atrito

30/08/2018 – Fonte: CIMM

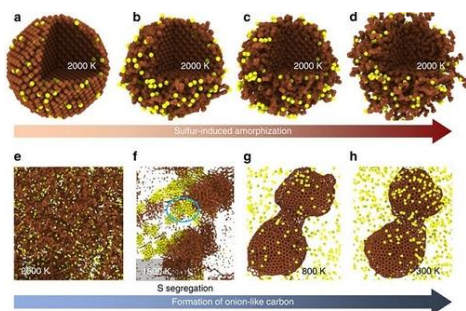
O material é um lubrificante auto-gerável - que se reajusta continuamente - o que faz com que ele dure muito mais.

Em 2015, uma equipe do Laboratório Nacional Argonne, nos EUA, criou um material lubrificante com um atrito próximo de zero.

Eles se aproximaram da chamada "superlubricidade" - uma fricção quase zero - em escala macro usando uma mistura de grafeno e cristais microscópicos de diamante industrial.

Agora, ao substituir o grafeno por molibdenita em seu material lubrificante, a equipe percebeu que esse dissulfeto de molibdênio causa uma reação que transforma os nanodiamantes em uma estrutura parecida com a de uma cebola.

O resultado não poderia ser melhor para o efeito lubrificante porque as camadas tipo cebola escorregam umas sobre as outras, aumentando ainda mais a superlubricidade. A molibdenita tem estado à frente do grafeno nas aplicações eletrônicas, mas parece que ela se dá bem também em outras áreas.



Lubrificante que se renova

O que ocorre é uma reação triboquímica - uma reação química induzida pelas forças do atrito - na qual o dissulfeto de molibdênio se quebra em enxofre e molibdênio, que reagem com os nanodiamantes, quebrando sua estrutura cristalina típica, o que resulta em folhas unidimensionais de carbono, mas com uma estrutura em camadas esféricas, e não planas como o grafite.

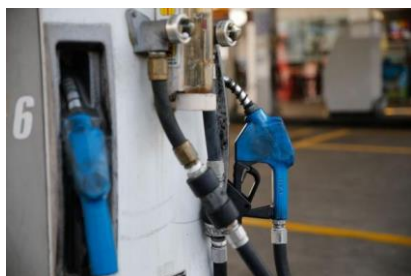
Isso significa que o material é um lubrificante auto-gerável - que se reajusta continuamente - o que faz com que ele dure mais do que os lubrificantes secos tradicionais.

O produto final é um lubrificante híbrido seco de alta resistência que poderá ser usado em turbinas eólicas, nos mecanismos dos discos rígidos de computador e virtualmente em qualquer rolamento selado usado em equipamentos que devem funcionar continuamente sem manutenção.

Gasolina vendida nas refinarias está mais cara a partir de hoje

30/08/2018 – Fonte: Bem Paraná

O preço do litro da gasolina vendida nas refinarias aumenta nesta quinta-feira (30) de R\$ 2,0829 para R\$ 2,1079. Já o preço do diesel permanece estável em R\$ 2,0316. O aumento obedece à política de preços da Petrobras para a gasolina e o diesel comercializados com as distribuidoras e que "tem como base o preço de paridade, formado pelas cotações internacionais".



De acordo com a empresa, a paridade é necessária porque o mercado brasileiro de combustíveis é aberto à livre concorrência, dando às distribuidoras a alternativa de importar os produtos. A Petrobras informa ainda que a gasolina e o diesel comercializados com as distribuidoras diferem dos produtos no posto de combustíveis.

“São os combustíveis tipo A, ou seja, gasolina antes da sua combinação com o etanol e diesel também sem adição de biodiesel. Os produtos vendidos nas bombas ao consumidor final são formados a partir do tipo A misturados a biocombustíveis”.

A empresa explica também, em seu site, que “os preços médios informados consideram a média aritmética nacional dos preços à vista, sem encargos e sem tributos, praticados na modalidade de venda padrão nos diversos pontos de fornecimento, que variam ao longo do território nacional, para mais ou para menos em relação à média. Essa variação pode ser de até 12% para gasolina A e até 9% para o diesel A”.

Artigo: Bomba de diesel no governo de 2019

30/08/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Subsídio acaba no fim do ano, há pressão de alta nos preços e problema continua

O governo banca parte do preço do diesel desde junho. A concessão foi parte do acordo que deu fim ao caminhonço de maio. O subsídio acaba, no mais tardar, em 31 de dezembro. No dia seguinte, o novo presidente toma posse.

O que vai fazer a respeito? Vai negociar uma solução ainda com este governo e Congresso? Vai dar cabo do subsídio? Haverá então novo tumulto nacional nas estradas? Note-se que o subsídio não é o único problema criado pelo acordo caminhoneiro de Michel Temer.

Não há recursos para bancar o subsídio em 2019, o desconto de R\$ 0,30 por litro (outros R\$ 0,16 da redução acordada do preço do diesel vêm do corte de impostos). É muito dinheiro.

Neste ano, serão R\$ 9,5 bilhões apenas para pagar o desconto de R\$ 0,30. Para manter tal subsídio no ano que vem inteiro, seriam necessários R\$ 18,5 bilhões. Observe-se que toda a despesa federal com obras, investimentos do PAC, não deve passar muito de R\$ 20 bilhões em 2019.

Não haverá dinheiro, a não ser que o governo faça mais dívida. Não faz sentido, até porque o governo já corta o essencial, como na despesa com obras, que cairá a menos da metade do gasto médio entre 2011 e 2016. O país se arrisca a ver desgraças como a daquela ponte que caiu em Gênova, na Itália.

O preço médio do diesel nos postos baixou. É R\$ 0,41 menor do que na semana da greve, mas apenas R\$ 0,10 mais barato do que no fim de abril, quando se organizava o caminhonço.

O problema é maior do que essa aritmética. A alta do dólar encarece o diesel e combustíveis em geral. Além do mais, importadoras e distribuidoras estão em conflito com a Agência Nacional do Petróleo. Não concordam com o novo preço tabelado (com o qual têm de se comprometer, a fim de receber o subsídio), a ser definido até amanhã.

Ao preço estipulado até agora, as empresas dizem que não importariam ou venderiam diesel. Deixariam ainda mais mercado para a Petrobras, que não vai aceitar perdas. Se o governo tentar intervir na empresa, ainda convalescente, mais problema, da petroleira ao mercado financeiro.

O acordo caminhoneiro estabeleceu também o preço mínimo do frete do caminhão. De início, o tabelamento criou desordem no transporte de produtos e matérias-primas agropecuárias. A seguir, foi parar na Justiça, porque associações nacionais de empresas de transporte, da indústria e da agropecuária contestaram a constitucionalidade da medida. O caso está em fase de audiências no Supremo.

Qualquer que seja a decisão do STF, haverá problemas. Depois do tabelamento e do aumento de custos, empresas começaram a constituir sua própria frota de caminhões (caso de produtores e comerciantes de carne e grãos). Ou seja, pode ser que caminhoneiros tenham ainda menos serviço. Seria novo incentivo ao protesto.

Energia será, em geral, um dos dramas do próximo presidente.

O setor elétrico está em desordem. Caso não consiga privatizar seis distribuidoras estaduais de eletricidade falidas, o governo vai liquidá-las em breve (duas já estão marcadas para morrer). Há custos explosivos no bagunçado setor de geração de eletricidade, os quais ninguém quer pagar e vão acabar na conta de luz.

A inflação média foi de 7,3% desde julho de 2016. A da eletricidade doméstica, foi de 21,5%, próxima da alta do preço médio da gasolina nas bombas (25%) e do botijão de gás (26%) —o diesel subiu 11,5% nesse período.

É uma bomba energética.

Vinicius Torres Freire - Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA).

BorgWarner localiza componente dedicado à melhora de eficiência energética

30/08/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 29-082018)



A BorgWarner confirma a produção de um novo componente dedicado a melhorar a eficiência energética dos veículos no Brasil. O variador de fase do eixo de comando de válvula, comumente identificado como VCT ou VVT, começa a ser produzido em 2019 em uma nova linha de produção na fábrica de Itatiba (SP), para atender o projeto de uma nova cliente (montadora) conquistado pela empresa, que também já está em processo de cotação do produto com outras fabricantes de veículos.

O diretor geral, Vitor Maiellaro, avalia que todos os produtos do portfólio estão de alguma forma ligados à eficiência energética. Ele reforça que a localização de

componentes segue como uma forte tendência e lembra do processo que a BorgWarner passou com o Inovar-Auto, cuja exigência de novos índices de eficiência para garantir incentivo fiscal fez com que as montadoras iniciassem uma corrida para adotar medidas que ajudassem a alcançar esses índices. Esse movimento gerou na empresa a chegada de três novas divisões que antes só atuavam no mercado brasileiro com importações.

“Há cinco anos tínhamos duas unidades de negócio operando no Brasil, hoje temos cinco das seis existentes. Conseguimos trazer tecnologias que não eram fabricadas aqui, como o turbo flex e o sistema de corrente de sincronismo”, conta.

Para ele, o Rota 2030, que terá a eficiência energética e a segurança como pilares, pode gerar efeito semelhante. “Enxergamos com bons olhos porque dará continuidade para que possamos trazer mais tecnologias e aplicações de produtos para o Brasil.”

O executivo frisa que a BorgWarner é a única, por enquanto, a tornar o VVT um componente nacional assim como é a única a produzir localmente o sistema de corrente, que começou a ser feito há dois anos e que são fornecidos atualmente para Fiat e Renault.

Outra novidade é que a empresa está preparando um dinamômetro para validar motores de veículos leves. Até agora, só atuava com dinamômetro para veículos comerciais.

VOCAÇÃO PARA O FUTURO



A BorgWarner começou a estender sua expertise também para o processo de hibridização e eletrificação de veículos no mundo e apresenta uma série de novos produtos já disponíveis para estes segmentos. Apesar destes motores corresponderem a menos de 7% da produção global, prevista em 97 milhões de unidades para este ano, a companhia aposta neste processo como um caminho sem volta.

Citando dados da IHS, Maiellaro comenta que em cinco anos, os híbridos poderão representar mais de 20% da produção global de motores, estimada em 107 milhões em 2023, e em 2028, eles poderão ser até 40% do total de motores produzidos no mundo.

“Neste cenário, entre 36% e 40% dos carros híbridos terão pelo menos um produto nosso e no caso dos 100% elétricos, vamos equipar pelo menos 26% desses veículos”, estima.

Entre os produtos do novo portfólio, estão o módulo P2 para híbridos e elétricos, disponível em configurações dentro e fora do eixo, que pode ser inserida em um sistema de transmissão existente e oferece acionamento elétrico puro, bem como recursos híbridos, como start-stop, frenagem regenerativa e propulsão elétrica complementar. O turbocompressor eBooster de 48 volts eletricamente acionado, já disponível no mercado em motores comerciais de até 5 litros; a transmissão

eGearDrive, que contribui para autonomia estendida de condução a bateria; o módulo de acionamento elétrico integrado (eDM), que combina a transmissão eGearDrive com um motor HVH250 para fornecer propulsão primária ou secundária a veículos híbridos P4 e movidos a bateria, entre outros sistemas.

“São todos produtos já disponíveis, sendo alguns com lançamentos em 2019 e em 2020 e outros sendo testados com vários clientes em várias partes do mundo”, disse o diretor global de marketing da BorgWarner, Guenter Kraemer.

O executivo enfatiza que enquanto a hibridização será um movimento forte na Europa, a Ásia (leia-se China) é que vai liderar a eletrificação mundial de veículos.

Segundo Maiellaro, o movimento ainda demora a chegar na América do Sul. “No caso do 100% elétrico será um volume muito baixo, mesmo considerando os próximos dez anos, ao contrário da hibridização, que deve ocorrer após o boom global”, analisa.

Para ele, ainda não há qualquer plano para trazer esses componentes ao Brasil. “O que temos hoje são conversas com clientes [montadoras] na área técnica e de engenharia, tentando enxergar o futuro da hibridização no Brasil e acredito que o híbrido flex faz parte disso, mas precisa ter escala e volume para justificar qualquer investimento e o Brasil não será o puxador dessas tecnologias.”

EUA flexibilizam tarifa de aço importado do Brasil, Coreia do Sul e Argentina

30/08/2018 – Fonte: Tribuna PR

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, aprovou um alívio nas cotas de importação de aço para o Brasil e outros parceiros comerciais, conforme apurou a agência de notícias Reuters. Citando o Departamento de Comércio dos Estados Unidos, a agência informou que o aço brasileiro, da Coreia do Sul e da Argentina, além do alumínio argentino, receberão alívio nas cotas de importação.

“As companhias podem solicitar exclusões de produtos com base em quantidade insuficiente ou na qualidade disponível dos produtores de aço e ou alumínio dos EUA”, disse o Departamento do Comércio, de acordo com a Reuters. “Nesses casos, uma exclusão da cota pode ser concedida e nenhuma tarifa seria devida.”

Até então, as exportações brasileiras de aço semiacabado estavam sujeitas a uma cota baseada na média vendida para os norte-americanos de 2015-2017, já a exportação de aço acabado estava limitada à cota de 70% da média desses anos. Com o anúncio de quarta-feira, 29, na prática, as empresas americanas ficam autorizadas a comprar os produtos desses três países sem pagar a sobretaxa mesmo que a cota seja ultrapassada.

Na Coreia, as ações de empresas do setor, como a Hyundai Steel e a Posco, dispararam após a notícia.